

NAS RUÍNAS DO NEOLIBERALISMO: A ASCENSÃO DA POLÍTICA ANTIDEMOCRÁTICA NO OCIDENTE

IN THE RUINS OF NEOLIBERALISM : THE RISE OF ANTIDEMOCRATIC POLITICS IN THE WEST

Isadora Golim Campos

Mestre em Fronteiras e Direitos Humanos pela Universidade Federal da Grande Dourados.
Especialista em Direito e Comércio Internacional. Graduada em Direito pelo
Centro Universitário da Grande Dourados.

Thaiza Maira Rodrigues Held

Doutora em Direito: Área de Concentração em Direitos Humanos pela
Universidade Federal do Pará. Mestre em Direito Agroambiental pela
Universidade Federal de Mato Grosso. Docente na Faculdade de Direito e Relações Internacionais
(FADIR) da Universidade Federal da Grande Dourados.

Submetido em: 15/01/2021

Aprovado em: 04/02/2023

O livro “Nas ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente” escrito por Wendy Brown e publicado no Brasil pela Editora Filosófica Politeia em outubro de 2019, tem por objetivo abordar o tema da ascensão da extrema direita, do conservadorismo e nacionalismo por todo o mundo, bem como o surgimento do dito ressentimento masculino e branco. A obra também trata sobre o surgimento do neoliberalismo, alguns conceitos iniciais defendidos por renomados autores, citados no decorrer do livro, e como esse tão sonhado neoliberalismo não atingiu as expectativas de seus idealizadores. O livro surgiu de reflexões provocadas pelas eleições presidenciais de novembro de 2016 nos EUA. Foi concluído em 2018 nas palestras da Biblioteca René Wellek em Irvine, nos Seminários Gauss de Crítica em Princeton e na Palestra Robert S. Stevens na Escola de Direito de Cornell.

Wendy Brown é uma autora norte-americana, nascida em 28 de novembro de 1955. Formada em economia e ciência política na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, é antropóloga, filósofa, feminista, ativista, cientista político e professora universitária de ciência política na Universidade da Califórnia, em Berkeley. A autora possui diversas obras publicadas, contudo poucas foram traduzidas para o português.

O livro se baseia tanto na abordagem neomarxista quanto na *foucautiana* do neoliberalismo, e a autora as usam pois apresentam diferentes dimensões das transformações neoliberais que vem acontecendo por todo o mundo nos últimos anos. Logo na introdução Brown discorre sobre as forças de extrema direita que ascenderam ao poder nas democracias liberais por todo o mundo, dá alguns exemplos de países e seus slogans de campanhas como por exemplo: *Make America Great Again* (Trump); França para os franceses (Le Pen e a Frente Nacional); *Take Back Control* (Brexit); Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha (Alternativa para a Alemanha); Polônia pura, Polônia branca (Partido Polonês da Lei e da Justiça); Mantenha a Suécia sueca (Democratas Suecos). Argumenta também que com essas vitórias e políticas, aqueles grupos de extrema direita que até pouco tempo não se manifestavam passaram a ser encorajados e o ódio e o racismo cresceram tantos nas ruas quanto na internet.

Ainda na introdução a autora traz dois subtópicos o primeiro é “A ascensão da política antidemocrática” onde argumenta que essa ascensão foi promovida por meio de ataques à sociedade e a legitimidade e à prática da vida política democrática. E o segundo é o “Neoliberalismo? O quê!?”, onde faz um breve apanhado histórico sobre o termo “neoliberalismo” e sua criação, conforme a autora este termo não tem uma definição estabelecida, mas foi cunhado no Colóquio Walter Lippman em 1938, que foi uma reunião de acadêmicos que lançou as bases político-intelectuais daquilo que uma década depois se tornaria a Sociedade *Mont Pelèrin* (p. 28).

O livro apresenta cinco capítulos, e no decorrer de seu desenvolvimento há o estudo de idealizações de outros autores como Hannah Arendt, Milton Friedman e principalmente de Friedrich Hayek, este que foi economista, nascido em Viena e filho de intelectuais, obteve doutorado na Universidade de Viena em Leis e Política Econômica, e ganhou o Nobel de economia em 1974. E para Hayek, o mercado e a moral, juntos, são o fundamento da liberdade, da ordem e do desenvolvimento.

No primeiro capítulo “A sociedade deve ser desmantelada” a autora começa abordando sobre democracia, igualdade e o social, ela trata a igualdade política como a base da democracia, esta que segundo sua etimologia é o poder ou governo do povo, então se não existe a igualdade política o poder será exercido apenas

por uma parte em vez do todo. E continua dizendo que pelo critério da igualdade política, o que conhecemos pelas democracias liberais e capitalistas nunca foram de fato democracias plenas. E para Sheldon Wolin¹ para conseguir garantir a igualdade política em grandes Estados-nação com economias capitalistas demanda ações específicas do Estado, agindo para reduzir as desigualdades de poder entre os cidadãos para que a vida política sirva ao todo e não apenas à elite.

A democracia, Estado-nação e capitalismo é trazido pela autora como gêmeos, e destes a democracia seria o lado mais fraco. Assim, para que esta prevaleça nesse cenário é necessário o apoio estatal para promover os bens públicos como garantir a saúde, educação, redistribuições econômicas, entre outros.

Nesta sequência ela entra no assunto da questão social, sendo a justiça social o antídoto para as desigualdades, pois dela vem a preocupação com aqueles menos favorecidos. Mas são essas desigualdades que servem ao capitalismo e ao privatismo liberal, o neoliberalismo tinha a intenção de acabar com o Estado social, sendo por meio de privatizações ou eliminando o bem-estar social. E é desse entendimento do ataque ao social que a autora se faz entender com o título do capítulo, pois o que os capitalistas e neoliberais querem é que a sociedade seja desmantelada.

Na segunda parte do capítulo Brown cita Friedrich Hayek, que foi o economista que mais criticou a noção de social, sociedade e a social-democracia, sobre o entendimento de Hayek cita “ele considerava a própria noção de social falsa e perigosa, sem sentido e oca, destrutiva e desonesta, uma fraude semântica” (p. 41). Também “A justiça social é uma miragem e a atração por ela é a mais grave ameaça à maioria dos outros valores de uma civilização livre” (p. 41). Mas para Hayek não era o capitalismo de livre mercado a alternativa para a justiça administrada pelo Estado, mas sim a moral e o mercado, que juntos geram a disciplina para “criar e sustentar a ordem ampliada”. Estes, segundo ele, surgem espontaneamente, evoluem e se adaptam organicamente, estabelecendo regras de conduta sem depender da coerção estatal. O mercado e a moral “revelam a verdadeira natureza da justiça”, preocupando-se com a conduta e não com os resultados.

Hayek entende que os “guerreiros da justiça social” tem uma ilusão sobre a sociedade e ao princípio “equivocado” da igualdade, atacando assim o que ele chama de pilares gêmeos da civilização que são a moralidade tradicional e mercados competitivos. Hayek acrescenta “se a crença na direção social e política da sociedade é o que nos leva por esse caminho, então a sociedade deve ser desmantelada”.

¹ Sheldon Sanford Wolin, foi um teórico político e escritor, professor de política. Obra utilizada como referência pela autora: *Fugitive Democracy – And Other Essays*.

Como um terceiro subtópico ainda no primeiro capítulo tem “Hayek hoje: a liberdade e o social”, nesta parte a autora fala sobre como as críticas anteriores de Hayek viraram senso comum para um conservadorismo neoliberal robusto nos dias de hoje. Cita exemplos como o do secretário norte-americano Bem Carson que se recusou a aplicar a Lei de Moradia Justa considerando-a como engenharia social.

E os ataques aos guerreiros da justiça social, hoje presentes na direita, servem para reforçar “as alegações nativistas, nacionalistas e supremacistas sobre quem construiu o ocidente e a quem ele pertence”. Pois é na linguagem do social que as desigualdades e as exclusões são demonstradas e combatidas. Segundo a autora, é no social que “nós, como indivíduos ou nação, praticamos ou falhamos em praticar a justiça, a decência, a civilidade e o cuidado, para além dos códigos do instrumentalismo e do familiarismo de mercado” (p. 53).

Por isso é tão significativo para os neoliberais esse ataque ao social e a sociedade, atacando assim a parcela mais vulnerável da sociedade, e quando eles deslegitimam a sociedade, alegando que esta não existe, como o discurso de Margaret Thatcher, ele se torna invisível as normas e as desigualdades sociais advindas de legados como a escravidão, colonialismo e patriarcado. Autoriza-se assim a privação de direitos fundamentais como moradia saúde e educação. Para a autora, enquanto a esquerda luta em prol dos direitos sociais, de tornar visível aquilo que mantém a hegemonia masculina e branca, a direita esmaga essa luta e zomba da engenharia social.

“Hanna Arendt² não ajudou” é o quarto subtópico do capítulo, e assim como Hayek, Arendt era crítica ao conceito de sociedade e social, para ela o social destruiu as quintessenciais capacidades humanas de liberdade e ação na esfera pública. Em seu livro “A condição humana”, Hanna discorre que quase tudo que há de errado com a modernidade é causado pela ubiquidade do social. Já em seu livro “sobre a revolução” Hanna faz uma crítica referente às revoluções dos Estados, no qual diz que a única revolução que alcançou a promessa emancipatória foi a dos Estados Unidos, pois ela evitou caracterizar a “questão social, na forma das condições alarmantes de miséria das massas”, comparando com a Revolução Francesa, dizendo que esta foi destruída quando o grito por liberdade foi substituído pelas demandas dos pobres por pão.

Mesmo que Hayek e Arendt tenham visão diferentes quanto à sociedade, para ambos é o social que traz a destruição da liberdade.

² Hanna Arendt, foi uma filósofa política alemã de origem judaica. Obras utilizadas como referência pela autora: *The Human Condition* e *On Revolution*.

“Perdendo o imaginário político do social” é o último subtópico deste capítulo. Após todas as explanações quanto aos conceitos de democracia e sociedade, a autora conclui sobre a importância do social para proteger um imaginário democrático. Segundo a autora, se o social desaparece de nossas ideias, ele também desaparece de nossas visões do futuro, e sem ele pode-se imaginar futuros nacionalista autoritários, futuros tecnocráticos, anarquistas ou fascistas.

No capítulo dois “A política deve ser desmantelada”, Brown discorre que é apenas o político que resguarda a possibilidade de democracia, entendida como o governo pelo povo. E o pensamento neoliberal via o político com desconfiança, deste modo, buscam limitar o seu poder, eliminando sua forma democrática. Uma das formas que eles encontraram para suprimir a ação do político foi promovendo Estados e instituições supranacionais despolitizados, leis que “revestiriam e protegeriam o espaço da economia mundial”, ou seja atenderiam aos princípios trazidos por Hayek, seriam orientados pelo interesse e disciplinados pelo mercado e pela moral.

Com esses ataques o político foi depreciado, mas não extinto, e nisso a democracia foi sendo desvalorizada, ideias antidemocráticas foram surgindo, e assim, os efeitos neoliberais surgiram, as desigualdades e inseguranças crescentes geraram “populismos de direita enraivecidos e políticos demagogos no poder que não condizem com os sonhos neoliberais de cidadãos pacíficos e ordeiros, economias desnacionalizadas, Estados enxutos e fortes e instituições internacionais focadas em viabilizar a acumulação de capital e estabilizar a concorrência” (p. 71).

“A antipolítica neoliberal”, neste subtópico a autora discorre de como os neoliberais se uniram contra a democracia, e para eles esta se assemelhava ao totalitarismo, fascismo ou o governo da plebe. Hayek contestava a própria noção de soberania, para ele a soberania popular era incoerente e a soberania política era imprópria para as sociedades livres.

A autora traz outro exemplo sobre a oposição ao social, James Buchanan da *Public Choice School* do neoliberalismo da Virgínia deplorava os bens públicos e especialmente o ensino público superior, para ele, disponibilizar este direito gerava democracia demais.

Para os neoliberais as políticas democráticas traziam o despotismo ou o totalitarismo de um Estado, ameaçando a liberdade, a ordem espontânea e o desenvolvimento. Então o sufocamento da democracia foi fundamental para os neoliberais. As críticas feitas quanto à democracia e ao político vêm disfarçadas de uma defesa a favor da liberdade individual, esses pensamentos são postos principalmente por Friedman e Hayek.

“Milton Friedman³”, somente ele dentre os pensadores neoliberais fundadores, promove a causa da economia neoliberal por meio da democracia, vagamente definida por liberdade política ou liberdade individual. E segundo ele essas duas liberdades são quase sempre articuladas entre si, e que a liberdade política nasceu apenas com o capitalismo. Em seu entendimento, uma sociedade que é também socialista não pode ser democrática.

Friedman acredita que os mercados livres exigem um governo limitado e com separação entre o poder político e o econômico. A autora deixa claro que esse pensamento sobre a separação dos dois poderes é um ideal compartilhado entre os intelectuais neoliberais, mesmo Friedman afirmando também sobre a importância que o Estado tem em viabilizar as condições para os mercados.

“Friedrich Hayek”, este privilegia o que chama de “tradição britânica empírica e assistemática” do pensamento político moderno e deplora a “tradição continental”, segundo ele, nesta existe o doutrinário, racionalismo e a imposição deliberada de um plano e propósito coletivo que sufocam o que ele chama de organicismo, o que ele acredita ser um crescimento espontâneo, a tradição e a liberdade. A tradição continental traz a soberania popular que é rechaçada por Hayek por gerar um governo ilimitado e dar supremacia ao poder político.

Hayek em sua fala argumenta que o liberalismo e a democracia são muito diferentes, para ele o oposto da democracia é o autoritarismo, e o oposto do liberalismo é o totalitarismo, ou seja, isso faz com que o autoritarismo seja compatível com o liberalismo e o totalitarismo com a democracia. Sendo então o liberalismo autoritário uma possibilidade, para Hayek e demais apoiadores neoliberais existe um aceite ao autoritarismo.

Os pensadores neoliberais acreditam que o Estado social e a democracia em demasia tomaram o lugar das funções sociais que antes eram impostas às famílias, como por exemplo dar o acesso à educação.

Wendy Brown também fala sobre o pensamento dos ordoliberais quanto às noções de Estado, democracia e sociedade. Eles compartilham dos pensamentos neoliberais de Hayek quanto ao político, mas não rejeitam a soberania estatal. Para os ordoliberais o Estado deveria ser forte e tecnocrático, dirigido por autoridades competentes com *expertise* técnica, mas em prol de uma economia competitiva e liberalizada. Idealizam um Estado autônomo em relação a economia, mas dedicado a ela. Trazem como solução isolar o Estado tanto da economia quanto da democracia. Neste cenário, os ordoliberais não aceitam a participação cidadã ou

³ Milton Friedman foi um economista, estatístico e escritor norte-americano, foi um dos intelectuais neoliberais fundadores. Obra utilizada como referência pela autora: *Capitalism and Freedom*.

o compartilhamento do poder, o poder para eles tem que ser centrado apenas na expertise técnica.

Por fim neste capítulo, a autora questiona: “O que deu errado?”, ela explana que o objetivo dos neoliberais de dismantlar a sociedade, o político e mitigar a democracia era, segundo eles, para neutralizar forças corruptoras, os engenheiros sociais e as massas ignorantes, contudo, não foi o que aconteceu no neoliberalismo realmente existente. Em suas palavras “O neoliberalismo realmente existente consiste em Estados dominados por todos os grandes interesses econômicos e compelidos a lidar com um populacho fervendo de rancor, raiva e ressentimento” (p. 104). Esse pensamento neoliberal resultou em uma cultura política antidemocrática.

No capítulo três “A esfera pessoal protegida tem que ser expandida”, começa com o subtópico “Teorizando o tradicionalismo moral como elemento do neoliberalismo”. Neste ponto a autora fala sobre a relação dos mercados com a noção de família, moral e religião. Cita que o entusiasmo com o mercado vem da promessa de inovação, liberdade e riqueza, enquanto a política centrada na família é autorizada pela tradição, autoridade e moderação.

Nessa ligação entre o mercado, família e moral, a autora traz as abordagens relacionadas com os compromissos da política neoliberal e demais valores nos seguintes casos: A primeira abordagem é a do complemento, Irving Krisrol⁴ tratou os valores morais como complemento aos mercados livres; a segunda é o hibridismo, esta abordagem trata o neoliberalismo e o neoconservadorismo como duas racionalidades políticas distintas, contudo, embora tenham propósitos diferentes, elas se misturam para produzir forças de desdemocratização; a terceira é a ressonância, William Connolly⁵ teoriza essa abordagem entre o cristianismo evangélico contemporâneo e a cultura capitalista, e consiste no envolvimento mútuo de elementos antes desconectados, mas que se unem e se mesclam de forma incompleta um no outro, forjando uma união qualitativa resistente aos modos clássicos de implicação; a quarta abordagem é a convergência, Melinda Cooper⁶ demonstra essa abordagem entre o neoliberalismo e o conservadorismo social na família tradicional, ambos acordam que os laços familiares precisam ser encorajados e,

⁴ Irving Krisrol foi um escritor e jornalista, chamado de padrinho do neoconservadorismo. Obras utilizadas como referência pela autora: *Two Cheers for Capitalism* e *The Neoconservative Persuasion*.

⁵ William E. Connolly é um teórico político, professor de Ciência Política Krieger-Eisenhower na Universidade Johns Hopkins. Obra utilizada como referência pela autora *Capitalism and Christianity, American Style*.

⁶ Melinda Cooper é uma estudiosa nas áreas dos estudos sociais das finanças, do neoliberalismo e dos novos conservadorismos sociais. Obra utilizada como referência pela autora: *All in the Family Debt: How Neoliberals and Conservatives Came Together to Undo the Welfare State*.

no limite, impostos; a última abordagem é a da exploração mútua, colocada entre fanáticos religiosos e políticos ambiciosos sem religião, neste caso a autora exemplifica com o caso do apoio evangélico que Donald Trump teve em sua eleição.

“A tradição segundo Friedrich Hayek”, Hayek entende que para que haja liberdade, não se pode existir a coerção explícita por outros humanos, mesmo que esta coerção seja exercida por instituições políticas. Em seu entendimento, o social e a justiça impostos destroem a liberdade. O mesmo vale para a liberdade pessoal “as tradições que fracassam em realçá-la de modo proeminente estão condenadas” (p. 121).

Mas ele não entende a tradição no passado como possuidor de uma autoridade ou sabedoria intrínsecas, as tradições que desenvolvem uma melhor maneira de se viver em conjunto emergem da experimentação e da evolução que a liberdade permite. Reconhece ainda que quase sempre é a religião que codifica e transmite essas tradições.

Aqui Hayek mais uma vez tece críticas ao Estado, pois para ele, a moralidade não pode ser ditada pelo Estado, sejam máximas religiosas ou princípios da justiça social, caso isso aconteça seria formas de totalitarismo. “O Estado só pode assegurar os pré-requisitos da vida moral – Liberdade, propriedade, regras universais de justiça e deferência política à tradição. Ele não pode legislar sobre a conduta ou crença moral” (p. 127).

De modo geral, uma das grandes contribuições do pensamento de Hayek ao neoliberalismo é exatamente ao que nos leva ao título deste capítulo, a expansão da esfera pessoal protegida.

Mais uma vez a autora aborda sobre o neoliberalismo nos dias atuais, com o subtópico “O neoliberalismo realmente existente”. O sonho hayekiano era substituir a sociedade e a democracia pelo mercado e pela moralidade. Mas o neoliberalismo mais uma vez tomou um rumo diferente do idealizado por Hayek, e a parte da moral foi sendo ignorada por alguns defensores da desregulação e globalização de mercados. Podendo ser essa a causa de as privatizações serem a cara do neoliberalismo. Acontece que tamanhas privatizações causaram o desmonte da provisão pública, a esfera privada vem para deslegitimar o conceito das provisões de bem-estar social e o projeto de democratização dos poderes sociais de classe, raça, gênero e sexualidade. E conforme a vida cotidiana é mercantilizada e “familiarizada” pela racionalidade neoliberal, são contestados alguns princípios importantes, como o da igualdade, pluralismo e inclusão.

A autora também cita que a direita religiosa vem usando essas reivindicações de liberdade para recristianizar a esfera pública desde os anos de 1990,

sendo intensificado nos últimos anos. Neste contexto, existe nos Estados Unidos da América a Aliança em Defesa da Liberdade, a qual é uma aliança cristã evangélica com forte atuação no país, cujos objetivos é contestar tudo que é contrário ao pensamento cristão, como por exemplo a Lei antidiscriminação, a proibição de exposição de crucifixos ou a educação sexual nas escolas.

Esta aliança ainda possui um programa de bolsas jurídicas para desenvolver novos quadros de advogados que buscam defender seus pontos, também descrevendo um processo de “inculcar em seus membros uma jurisprudência que visa a cristianização da cultura, e não simplesmente a proteção dos direitos de indivíduos” (p. 138).

Desta forma, a autora pontua que os direitos começam a se tornar um veículo para a expansão da moralidade cristã conservadora na esfera pública, mas essa moralidade não é àquela entendida por Hayek, ela se desvincula da organicidade e espontaneidade que o teórico defendia.

“Reconfigurando a nação como família e empresa privada”. Ao falar sobre as privatizações, familiarizações e cristianização, pode-se dizer que eles subvertem a democracia por meio de valores morais antidemocráticos ao invés de valores capitais antidemocráticos.

No capítulo posterior a autora trará casos concretos que demonstram como a religião entrou na esfera pública, e é utilizada para mitigar direitos já garantidos, principalmente por minorias. E ao ganhar legitimidade como valores públicos, eles moldam a cultura pública conforme se juntam ao mercado para deslocar a democracia.

Então, como a autora coloca, esses valores morais e tradicionais, na realidade não serviram ao propósito que Hayek esperava, ao contrário, eles serviram como um grito de guerra contra as elites laicas, igualitários, secularistas e também mulçumanos. Esses valores ao invés de integrar a vida social e ordenar a conduta de modo espontâneo, são politizados, transformados em tática e comercializados.

No capítulo quatro “Bolos que fala; centros de gravidez que oram” a autora traz a análise de dois casos concretos que aconteceram nos EUA, mas antes ela coloca um subtópico explicando sobre a “Liberdade religiosa e liberdade de expressão na jurisprudência neoliberal”, começando por falar sobre a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, cujo texto foi adotado no país em 1971, e era considerada um escudo contra a repressão estatal, social e corporativa, contra a censura, e protegendo a liberdade de expressão das minorias e dissidentes políticos.

Mas então veio a revolução neoliberal e junto dela a jurisprudência neoliberal, sendo esta reconhecida pela autora como uma “moldura para interpretar a Primeira Emenda a favor da ampla desregulamentação, especialmente para os interesses corporativos e religiosos” (p. 152). Então, esta ferramenta de proteção, está sendo usada de modo a intensificar os poderes econômicos, sociais e políticos do capital, da propriedade, da cristandade e da moralidade tradicional. As liberdades constantes no texto da Primeira Emenda estão sendo distorcidas e expandidas para além do seu significado civil clássico. Está sendo usada para rechaçar o Estado regulatório e social.

“Bolos que falam: *Masterpiece cakeshop* contra a comissão de direitos civis do Colorado”, este é o primeiro caso concreto apresentado no livro, este caso aconteceu quando um casal homossexual protocolou uma queixa na Comissão de Direitos Civis do Colorado (CDCC), acusando o proprietário da *Masterpiece Cakeshop* de violar o Ato antidiscriminação do Colorado ao se recusar de fazer um bolo para celebrar o casamento do casal. Na época, o casamento entre homossexuais ainda não era regulamentado no Colorado, mas eles se casaram em Massachussets e foram comemorar em seu estado com parentes e amigos.

Phillips, o proprietário, alegou em sua defesa o seu direito à liberdade religiosa e à livre expressão. Mas após realizar toda a investigação a CDCC concluiu que de fato os direitos civis do casal haviam sido violados. Phillips recorreu, mas a corte de recursos do Colorado manteve a decisão do CDCC, a Suprema Corte do Colorado recusou o caso, até chegar à Suprema Corte dos EUA que acolheu o caso no ano de 2017.

Contudo, a Suprema Corte não legislou quanto ao caso inicial, ela concluiu que a CDCC havia violado o livre exercício de Phillips porque uma transcrição revelou que a comissão não havia sido parcial em sua decisão do ponto de vista religioso. A comissão entendera que não se podia utilizar a desculpa da liberdade religiosa para justificar discriminações, o que foi muito recorrente em todos esses anos, citando casos como o holocausto e a escravidão.

Dito isso, a autora traz alguns questionamentos para analisar melhor o caso, e inicia com a seguinte questão “proprietário ou artista?”. A suprema corte descreve Phillips como um confeitiro especialista, dono de negócio e artista, um cristão devoto que busca honrar a Deus por meio de seu trabalho. Então em sua defesa, eles assentam a violação de livre expressão de Phillips em seu estatuto de artista e não na sua propriedade, porque se fosse o caso enfraqueceria as alegações de liberdade de expressão.

Na sequência, questiona “artista ou fornecedor?”. Neste caso há a discussão entre a habilidade artística de Phillips quanto confeitiro e o fornecimento por

ele de produtos confeitados para eventos. O foco da defesa neste ponto é que o casamento homossexual é um evento, e ele se recusou a entregar para o evento em si e não para as pessoas específicas, tentando assim desconfigurar a discriminação contra uma classe protegida. Segundo a autora “a distinção entre ato e pessoa é o que permite à objeção religiosa não parecer discriminatória enquanto perpetua a desigualdade” (p. 165).

A última pergunta é “expressão artística ou semiótica do bolo?” O juiz Thomas em seu voto diz que “o caso não se assenta na expressão de Phillips, mas no significado, logo na expressão, de um bolo de casamento” (p. 166). Ou seja, neste caso é o bolo que fala, e se Phillips fizer bolos para casamentos homossexuais ele estaria reconhecendo o a união homossexual como legítima.

“Liberdade de exercício como liberdade de expressão”. Segundo a autora, a liberdade religiosa não deveria afetar outras pessoas senão aquelas que possuem determinada fé. E a liberdade de expressão é o direito de dizer em público o que se quer dizer. O que acontece é que a política de direita usou como estratégia unir a liberdade de expressão com o livre exercício religioso, e este é puxado para o mundo público e comercial e reforçado de modo singular.

“Centros de gravidez que oram” fala sobre o segundo caso colocado em análise, que é o caso *National Institute of Family and Life Advocates, DBA, NIFLA et al. Versus Becerra*, ocorreu que o procurador-geral da Califórnia pôs a prova a Constitucionalidade da Lei de Privacidade Reprodutiva no ano de 2015.

Nos Estados Unidos existem os *Crisis Pregnancy Centers* (CPC), que são centros, em tese, que oferecem ajuda e apoio para mulheres com gravidez indesejadas, há mais de 4.000 deles e a maioria obtém apoio organizacional, financeiro e legal de organizações guarda-chuva. O ato supracitado obrigava esses centros que não tinham licença a publicar uma declaração afirmando que eles não são instalações médicas, também a publicar uma declaração que identifica a disponibilidade de tratamentos abrangentes de saúde reprodutivas gratuitos ou de baixo custo oferecidos pelo estado da Califórnia.

A alegação da defesa dos CPCs era de que publicar esses avisos limitariam a sua liberdade de expressão, e o voto majoritário acatou essa alegação. O que acontece é que esses centros têm como objetivo convencer as mulheres com gravidez indesejada a não abortar, contudo, as suas formas de publicidade demonstram outra intenção, eles oferecem aconselhamento relativo ao aborto, e quando clientes ligam para perguntar se eles fazem o aborto os funcionários são treinados a se esquivarem da pergunta para que ela vá pessoalmente ao centro para que lá eles possam convencer a mulher a não praticar o aborto. Eles possuem várias técnicas para esse convencimento, mostram imagens de fetos mutilados e mulheres mor-

tas, chamam o feto de bebê e a mulher de mãe, rezam juntos pelo bebê, e ainda oferecem informações falsas sobre os riscos da contracepção.

E em sua apresentação, para atrair mulheres que estão em um estado de vulnerabilidade, eles replicam o visual e a sensação de um consultório médico de verdade, muitas vezes os centros se localizam perto de clínicas pró-escolha, algumas vezes no mesmo edifício, usam iniciais, assumem o nome de clínicas de saúde reprodutiva com apenas uma palavra alterada, aparecem nas buscas na internet com as palavras-chave como “aborto” e “pílula do dia seguinte”. Muitos CPCs estão localizados perto de escolas ou faculdades para atrair jovens amedrontadas. Outros se localizam também em bairros em que o alvo são mulheres pobres e não brancas que podem não ter atendimento médico regular.

Desta forma, demonstrado que os CPCs forneciam informações enganosas para explorar as necessidades e os medos de mulheres que enfrentavam uma gravidez indesejada, essa foi a razão pela qual o *Ato Fact* da Califórnia exigiu as duas obrigações de publicação, buscando combater o que eles consideraram uma fraude.

Neste caso mais uma vez o entendimento da Corte pairou sobre a liberdade religiosa, argumentaram em seu voto que os CPCs eram “centros pró-vida. Eles protegeram a “missão” dos centros, sem em momento algum colocar em discussão a tática usada para atrair as mulheres. A autora argumenta que “A Corte, tal como os CPC, está mais preocupada em proteger essa posição política, incluindo protegê-la da acusação de oferecer um cuidado baseado na fé, do que em proteger a publicidade comprometida com a verdade” (p. 154).

Ocorre que com essas decisões a Corte autorizou grupos religiosos a operarem livremente na vida cívica, comercial e pública. A Corte entendeu que as exigências do *Ato Fact* era uma “expressão propagandeando o aborto e promovendo o ponto de vista do Estado em uma controvérsia ética e política” (p. 192). Em segundo lugar, alegaram que as divulgações exigidas violariam a expressão do quadro de funcionários. A Corte converte a regulação de interesse público em posicionamento partidário, as “crenças profundas” protegidas como expressão, tornam-se a base para a rejeição da regulação. Finalmente, a “controvérsia” é mobilizada como uma designação para limitar a regulação estatal e as demandas por responsabilidade factual em particular.

No quinto e último capítulo “Nenhum futuro para homens brancos: niilismo, fatalismo e ressentimento”, a autora começa falando sobre niilismo e sublimação, traz o conceito de niilismo segundo Nietzsche: “o niilismo começa com a ascensão da razão e da ciência como desafios a Deus e a outras formas de autoridade,

desafios que revelam como todo significado é construído e como todos os fatos são despidos de significado inerente” (p. 197).

Wendy Brown argumenta que o lado economicizante do neoliberalismo acelerou o niilismo, porque ele afeta a tudo com a monetização, e a financeirização, pois submetem todos os aspectos da existência humana a cálculos de investimento. As pessoas foram se tornando capital humano, o neoliberalismo tornou a venda da alma como algo cotidiano.

Conforme o niilismo desvaloriza os valores e alivia a consciência, ele nos liberta da culpa que a consciência impõe, e a dessublimação lança de volta para fora a vontade de potência libertando o sujeito da coação da consciência. A autora conceitua a dessublimação, explicando que a dessublimação repressiva ocorre dentro de uma ordem de dominação e exploração capitalista, fala sobre como o prazer é utilizado como ferramenta do capital, principalmente com a tecnologia, as pessoas têm uma noção de necessidades falsas, onde elas são repassadas por uma cultura da mercadoria fruída de uma classe média crescente. Em suas palavras: “A dessublimação repressiva parece liberdade, mas apoia a dominação do status quo” (p. 205).

Além da crítica ao consumismo desenfreado resultante desse niilismo citado, Brown também fala sobre os discursos de ódio crescentes com o advento da tecnologia, agressões que emanam dos telejornais, redes sociais, inclusive os tweets de direita, entre outros. Essas agressões são alimentadas pelo discurso neoliberal, pelo que a autora chama de liberdade libertária, pela masculinidade branca ferida e raivosa, este último é explicado com mais detalhes no subtópico seguinte ao falar sobre o niilismo e o ressentimento.

Quando Brown argumenta que o niilismo deprime o significado da conduta, da consciência e da verdade, ela cita o exemplo de Donald Trump, este que foi protagonista de diversos escândalos, que se praticados por outra pessoa seriam julgados e considerados imorais, mas ainda foi defendido e eleito com o apoio de votos conservadores e cristãos, isso porque “não é mais necessário que o indivíduo seja moral, apenas que grite sobre isso” (p. 212).

Sobre “niilismo e ressentimento”, o livro aborda os conceitos de Nietzsche novamente, ele discorre sobre como o sofrimento e a raiva postularam sistemas morais, tendo o ressentimento como a base de sua formulação e desdobramento. Ele exemplifica a moralidade judaico-cristã, que nasceu como “vingança dos fracos”, destes que sofriam em um sistema moral já existente. Mas atualmente esse ressentimento surge de grupos que detinham do poder, como citado anteriormente, a masculinidade branca.

O homem branco historicamente detinha da supremacia, e quando eles sentiram que essa dominação estava em declínio surgiu esse rancor, sentimento de humilhação e o ressentimento, que desencadeou o populismo, e uma política de vingança focada em atacar aqueles “culpados” de destroná-los, como por exemplo as feministas, os multiculturalistas e os globalistas. Mais uma vez Trump é citado, pois ele deixa bem claro essa política da vingança como sua filosofia, como exemplo, quando Trump foi eleito várias de suas ações como presidente tinham como objetivo revogar as conquistas alcançadas pelo seu antecessor Obama.

Esses novos ressentidos lutam contra a democracia e o social, porque eles os responsabilizam por suas feridas. Wendy Brown fez uma colocação interessante a esse respeito: “Se os homens brancos não podem ser dono da democracia, então não haverá democracia nenhuma. Se os homens brancos não podem ser donos do planeta, então não haverá planeta” (p. 220).

O último subtópico do livro retrata sobre o “espaço”, nesta parte a autora fala sobre os três possíveis deslocamentos na organização e deslocamento do espaço que o neoliberalismo sendo reduzido a uma política ou racionalidade econômica pode formar, são os seguintes:

O primeiro deslocamento é o horizonte perdido do Estado-nação em consequência da globalização, neste caso as fronteiras são enfraquecidas, com a ascensão do digital, fluxo de capital e de imigrantes, este último sofrendo com o rancor e o preconceito. O segundo é o que envolve a destruição do social pelo neoliberal, afetando diretamente a democracia. E o terceiro deslocamento é aquele pertinente à ascensão do capital financeiro e da modalidade de valor que ele introduz no mundo.

A partir da análise desses três deslocamentos a autora depreende dois grupos de pessoas, aqueles que se pode chamar de “os de algum lugar” e os “de qualquer lugar”, os primeiros são pessoas enraizadas em um determinado local, em sua maioria rurais ou suburbanos, com um entendimento de mundo mais limitado e por vezes mantêm pensamentos mais conservadores. Já o segundo grupo são os cosmopolitas e globalistas, ou quais tendem a ser mais educados e ter um pensamento mais progressista e aberto ao futuro.

Em conclusão, esta leitura é excelente para uma maior compreensão sobre os efeitos do neoliberalismo ao redor do mundo, como os ataques ao social, à democracia e à vida política contribuíram para o surgimento de nações com líderes antidemocráticos, apoiados por uma grande parcela conservadora e cristã da população. Demonstra a fragilidade dos direitos das minorias e como eles podem ser facilmente relativizados, principalmente quando aqueles que julgam são imparciais, trazendo suas crenças e religiosidades para a esfera pública. Por

fim, este é um livro com um embasamento teórico muito rico, e mesmo que sua inspiração principal seja o cenário político dos Estados Unidos, pode-se fazer uma analogia e refletir muito com o que acontece na realidade brasileira. A leitura dessa obra é recomendada principalmente para alunos da graduação e pós-graduação dos cursos de ciências sociais e humanas, bem como para aqueles que tenham interesse em leituras críticas sobre economia política e seus reflexos na sociedade.

REFERÊNCIA

- ARENDDT, Hannah. *On Revolution*. New York: Viking, 1963.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ARENDDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CONNOLLY, William. *Capitalism and Christianity, American Style*. Durham: Duke University Press, 2008.
- COOPER, Melinda. All in the Family Debt: How Neoliberals and Conservatives Came Together to Undo the Welfare State. *Boston Review*, Cambridge, 31 mai 2017.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and Freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Trad. Luciana Carli. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KRISTOL, Irving. The Neoconservative Persuasion. *Weekly Standard*, Washington, 11 ago. 2003. Disponível em: weeklystandard.com/irving-kristol/the--neoconservative-persuasion.
- KRISTOL, Irving. *Two Cheers for Capitalism*. New York: Basic Books, 1978.
- LAQUEUR, Walter. *After the Fall: The End of the European Dream and the Decline of a Continent*. New York: Thomas Dunne Books, 2011.
- WOLIN, Sheldon. *Fugitive Democracy and Other Essays*. Princeton: Princeton University Press, 2001.